Jurisprudência em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 103: CONCURSO PÚBLICO - IV 2

Edição n. 103 Brasília, 11 de maio de 2018

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 06/04/2018.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 103: CONCURSO PÚBLICO - IV

1. O Poder Judiciário não pode substituir a banca examinadora do certame e tampouco se imiscuir nos critérios de atribuição de notas e de correção de provas, visto que sua atuação se restringe ao controle jurisdicional da legalidade do concurso público e da observância do princípio da vinculação ao edital.

Julgados: AgInt no RMS 050769/BA, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJE 12/03/2018; REsp 1528448/MG, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), Rel. p/ Acórdão Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJE 14/02/2018; AgInt no RMS 047814/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJE 24/11/2017; REsp 1676544/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 10/10/2017; RMS 054556/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 15/09/2017; AgInt no RE nos EDcl no RMS 050081/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, DJE 21/02/2017;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 424) (Vide Repercussão Geral - Tema 485)

2. A divulgação, ainda que *a posteriori*, dos critérios de correção das provas dissertativas ou orais não viola, por si só, o princípio da igualdade, desde que os mesmos parâmetros sejam aplicados uniforme e indistintamente a todos os candidatos.

Julgados: AgInt no RMS 051969/MS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 22/08/2017; RMS 045854/MS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJE 14/05/2015;

3. O provimento originário em concurso público não permite a invocação do instituto da remoção para acompanhamento de cônjuge ou companheiro, em razão do prévio conhecimento das normas expressas no edital do certame.

Julgados: AgRg no RMS 033369/MS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJE 17/02/2017; AgRg no REsp 1339071/PR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJE 22/06/2016; AgRg no REsp 1347792/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJE 05/08/2015; EDcl no REsp 1506600/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 21/05/2015; AgRg no AREsp 281387/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 09/04/2013; REsp 1311588/RN, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJE 22/10/2012;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 369) (Vide Pesquisa Pronta)

4. A administração pública pode anular, a qualquer tempo, o ato de provimento efetivo flagrantemente inconstitucional, pois o decurso do tempo não possui o condão de convalidar os atos administrativos que afrontem a regra do concurso público.

Julgados: AgInt no REsp 1444111/RN, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJE 12/03/2018; AgInt nos EREsp 1312177/RN, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJE 28/11/2017; EDcl no AgRg no AREsp 395668/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 11/11/2015; AgRg no REsp 930934/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 06/04/2015; AgRg no REsp 1502071/GO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 24/03/2015; REsp 966086/SC, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, DJE 05/05/2008;

5. A investidura em cargo público efetivo submete-se a exigência de prévio concurso público, sendo vedado o provimento mediante transposição, ascensão funcional, acesso ou progressão.

Julgados: AgInt no REsp 1621940/AM, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJE 06/03/2018; Ag 1433448/PR, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJE 17/11/2017; RMS 030586/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 07/05/2015; AgRg no RMS 033817/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJE 30/09/2014; AgRg no RMS 037925/GO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 27/03/2014; RMS 033415/MS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 10/12/2013;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 374)

6. Na hipótese de abertura de novo concurso público dentro do prazo de validade do certame anterior, o termo inicial do prazo decadencial para a impetração do mandado de segurança por candidatos remanescentes é a data da publicação do novo edital.

Julgados: AgInt no RMS 049231/MS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJE 17/10/2017; AgInt no RMS 049766/MS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJE 23/03/2017; AgInt no RMS 049322/MS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 03/02/2017; AgInt no RMS 049388/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 30/11/2016; AgInt no RMS 049991/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 25/05/2016; AgRg no REsp 733394/RR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 13/10/2009;

7. A nomeação ou a posse tardia de candidato aprovado em concurso público, por força de decisão judicial, não configura preterição ou ato ilegítimo da Administração Pública a justificar uma contrapartida indenizatória, salvo situação de arbitrariedade flagrante.

Julgados: AgRg nos EAREsp 276077/PA, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJE 28/02/2018; REsp 1238344/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 19/12/2017; AgInt no RE nos EDcl nos EDcl no MS 018881/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, DJE 12/12/2017; AREsp 1153274/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 11/10/2017; REsp 795161/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 17/05/2017; AgInt no AREsp 1001625/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJE 05/05/2017;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 617) (Vide Jurisprudência em Teses N. 15 - TEMA 7) (Vide Repercussão Geral - Tema 671)

8. A nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público, por meio de decisão judicial, à qual atribuída eficácia retroativa, não gera direito às promoções e às progressões funcionais que alcançariam caso a nomeação houvesse ocorrido a tempo e a modo.

Julgados: AgInt no REsp 1501335/PB, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJE 19/12/2017; AgInt no REsp 1486487/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJE 05/12/2017; AREsp 1153274/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 11/10/2017; REsp 1639863/RS (decisão monocrática), Rel. Ministro OG FERNANDES, Publicado em 27/11/2017;

(Vide Repercussão Geral - Tema 454)

9. A vedação de execução provisória de sentença contra a Fazenda Pública inserida no art. 2º-B da Lei n. 9.494/1997 não incide na hipótese de nomeação e de posse em razão de aprovação em concurso público.

Julgados: REsp 1705490/AM, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 01/02/2018; AgInt no REsp 1692759/PI, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJE 13/12/2017; AgInt no AREsp 740852/PI, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJE 13/12/2017; AgInt no REsp 1590185/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJE 27/11/2017; AgRg no REsp 1279161/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJE 16/11/2016; MS 019227/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJE 30/04/2013;

(Vide Legislação Aplicada Lei 9.494/1997 - Tutela antecipada contra a Fazenda Pública - Art. 2º-B)

10. A contratação de servidores sem concurso público, quando realizada com base em lei municipal autorizadora, descaracteriza o ato de improbidade administrativa, em razão da ausência de dolo genérico do gestor público.

Julgados: AgInt no REsp 1655151/MT, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 02/02/2018; AgRg no AREsp 277706/RS, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), Rel. p/ Acórdão Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJE 31/08/2017; AgInt no REsp 1555070/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJE 24/03/2017; REsp 1529530/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJE 27/06/2016; AgRg no REsp 1352934/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJE 17/03/2016; REsp 1348175/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 28/09/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 508) (Vide Legislação Aplicada LEI 8.429/1992 - LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - Art. 11)

11. O titular da conta vinculada ao FGTS tem o direito de sacar o saldo respectivo quando declarado nulo seu contrato de trabalho por ausência de prévia aprovação em concurso público. (Súmula n. 466/STJ) (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 ? TEMA 141)

Julgados: AgInt no REsp 1703414/MG, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJE 22/02/2018; AgInt no RE nos EDcl no AgInt no REsp 1536362/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, DJE 14/12/2017; AgInt no REsp 1661487/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJE 12/12/2017; AgInt no REsp 1633412/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 30/10/2017; AgInt no REsp 1544214/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJE 17/10/2017; AgInt no REsp 1670493/MG, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJE 13/10/2017;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 518) (Vide Súmula Anotada N. 466/STJ) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto) (Vide Repercussão Geral - Tema 308)(Vide Repercussão Geral - Tema 916)